

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Relatório da Audiência concedida à ACTE

19 de Dezembro 2007

Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas 16 horas e 30 minutos, reuniu um Grupo de Trabalho em representação da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR) com uma delegação da ACTE (Associação das Colectividades Têxteis Europeias) constituída por Manuel Ferreira, Administrador-Delegado da AMAVE¹ e vice-presidente da ACTE em Portugal e Jorge Justino.

O Grupo de Trabalho era constituído pelos seguintes Srs. Deputados:

- Teresa Venda (PS), coordenadora
- Hortense Martins (PS)
- Miguel Laranjeiro (PS)
- Emídio Guerreiro (PSD)

Assunto: *Apresentação da petição por uma qualidade certificada.*

A Sra. Deputada Teresa Venda começou por dar as boas vindas aos Srs. Representantes da ACTE e por apresentar os Srs. Deputados presentes, passando, seguidamente, a palavra ao Sr. Manuel Ferreira.

O Sr. Manuel Ferreira agradeceu a recepção e apresentou a ACTE, enquanto associação de municípios e regiões que procura defender as populações e o desenvolvimento económico e social dos territórios têxteis da União Europeia. De seguida, apresentou a petição “por uma qualidade certificada”, sobre o cumprimento de regras mínimas de qualidade nos produtos. Informou ter a petição já sido subscrita por diversas entidades, tendo sido, igualmente, apresentada a diversas entidades nacionais, como a Associação Nacional de Municípios Portugueses e os Ministérios envolvidos: da Saúde, da Economia e Inovação, e do Trabalho e Solidariedade Social, referindo faltar a divulgação junto de associações de defesa do consumidor. Deu conta que enquanto os sindicatos se têm pronunciado a favor da petição, o sector empresarial se tem dividido quanto ao posicionamento nesta matéria, dependendo dos seus interesses ao nível de comércio externo. Recordou o papel importante do Sector Têxtil na indústria nacional e que as regiões têxteis necessitam de apoios para a sua modernização, que não conseguem junto do sector financeiro.

Terminou a sua exposição, solicitando o apoio e a ajuda da Assembleia da República na divulgação da petição, que servirá para pressionar o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia

¹ Associação de Municípios do Vale do Ave.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

quanto aos interesses das populações e das regiões têxteis que, ao longo de várias décadas, contribuíram para a riqueza da União Europeia.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro agradeceu a intervenção e as informações apresentadas, considerando que a matéria contida na petição consta das recomendações emanadas do Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho do Sector Têxtil, no âmbito da CAEIDR, pelo que considera que a petição é muito oportuna e que a CAEIDR deve controlar a acção governativa na sequência da concordância do Governo com as referidas recomendações. Neste sentido, opinou que a CAEIDR se deveria pronunciar sobre a petição, de uma forma global e não como uma iniciativa individual de um partido político, de modo a não partidizar uma questão consensual. Registou o papel das sociedades de capital de risco para financiar e servir de âncora de desenvolvimento de regiões, sendo igualmente necessária a implementação de uma estratégia industrial para o sector.

O Sr. Deputado Miguel Laranjeiro louvou a atitude positiva e pró-activa da ACTE, recordando, igualmente, o trabalho desenvolvido pelo GT do Sector Têxtil e as conclusões referidas no relatório final. Concordou com a necessidade de defender os territórios e as respectivas populações, considerando que a petição em análise constitui, igualmente, um passo em frente em matérias como a defesa do consumidor. Questionou os representantes da ACTE sobre como pretendem operacionalizar a petição, se tencionam abri-la à participação dos cidadãos e qual o envolvimento dos membros da ACTE. Indagou ainda sobre a existência, ou não, de contactos com o Parlamento Europeu, dado ser uma matéria de foro comunitário. Concluiu considerando a importância de se gerar um consenso em torno desta matéria, que ultrapassa o âmbito partidário.

O Sr. Manuel Ferreira informou que existem contactos com o Parlamento Europeu, onde a petição foi apresentada numa Comissão. Recordou que a petição é dirigida à Comissão Europeia e aos Estados-membros, não havendo uma generalização da subscrição da petição por parte de cidadãos, dado que pretendem abranger primeiro as instituições, nomeadamente as de defesa do consumidor. Porém, considerou oportuno colocar a petição online para maior divulgação. Louvou o teor do conjunto de recomendações do relatório do GT do Sector Têxtil, em consonância com o conteúdo da petição, considerando que a existência do referido relatório, com a concordância do governo quanto às conclusões, constitui uma oportunidade de acção nesta matéria. Concluiu, referindo que a subscrição da petição por parte da Assembleia da República, a par da acção do Governo nesta matéria, conferiria grande importância à ACTE Portugal. Finalmente, em matéria dos membros da ACTE, referiu que em Portugal apenas a AMAVE se constituiu como membro, tendo já havido outros organismos com o estatuto de observadores mas que não efectivaram a sua participação na ACTE. Actualmente, referiu estarem em curso diversos novos contactos, nomeadamente com Autarquias.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Sra. Deputada Teresa Venda concordou com a importância da matéria, nomeadamente no âmbito da defesa do consumidor, sendo necessário averiguar em que moldes o apoio se poderá expressar, quanto à questão da subscrição da petição.

O Sr. Jorge Justino deu conta do envolvimento activo do Governo italiano na promoção da petição. Igualmente, referiu que a promoção de níveis mínimos de qualidade pretende defender o consumidor, o ambiente, os trabalhadores que manuseiam os produtos em questão e, ainda, um ambiente concorrencial. Quanto à subscrição, referiu ter muito mais peso a subscrição institucional do que individual. Concluiu recordando que a ACTE está representada no Comité das Regiões, sendo uma forma de divulgação e promoção de contactos junto dos organismos comunitários.

A Sra. Deputada Teresa Venda agradeceu as intervenções dos Srs. Deputados, bem como os esclarecimentos prestados pela delegação da ACTE. Informou que seria dado conhecimento à Comissão do teor da Audiência para posterior deliberação sobre passos futuros a dar, sendo igualmente possível aos GP a tomada de iniciativas nesta matéria. Deu por terminada a reunião pelas 18h, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 3 de Janeiro de 2008.